

# O caminho da modernidade

Economia - B

WALTER KURODA

p2 e econômica

29 NOV 1991

ESTADO DE SÃO PAULO

Algumas semanas atrás, quando a intranquilidade rondava nossa economia e era maior a incerteza quanto aos rumos que seriam tomados, afirmamos que a sociedade não suportava mais intervenções na economia sob a forma de choques heterodoxos ou bruscas mudanças nas regras do jogo. Nossa convicção baseava-se substancialmente nas bem-sucedidas experiências de alguns países latino-americanos e, em contrapartida, nos insucessos de nossos planos.



Mas a desconfiança do mercado era muito grande, tanto assim que, quando o Banco Central indicou a taxa over para a virada do mês de outubro e comunicou que estaria fora do mercado de ouro, as cotações de ativos reais dispararam, com ouro e dólar liderando as valorizações naqueles dias. Os carros desapareceram das revendedoras e o ágio, esquecido por causa dos sucessivos aumentos das montadoras, ressurgiu com toda a força. De repente, os carros importados passaram a custar menos, quando cotados no dólar black, uma vez que vendidos pelo dólar comercial, e o ágio entre um e outro ficava em 50%.

Dado o enlouquecimento geral do mercado, a boataria correu solta, transferindo altos resultados de ingênuos aplicadores para espertos especuladores. Falava-se até em dolarização, quando sabemos ser aritmeticamente impossível sua realização. Foi muito triste assistirmos ao vale-tudo e à não-revogação da lei de Gerson.

É interessante verificarmos

que, apesar da indicação de que não haveria nenhum choque nem ajuste brusco algum, o comportamento observado mostrava exatamente o contrário, justificado talvez nas experiências passadas recentes. É incrível, mas liberais de primeira hora chegaram a pedir congelamento de preços, justamente aqueles que anteriormente defendiam um menor grau de intervenção do governo na economia...

Alguns economistas estão caracterizando a normalização dos mercados (com as previsões de inflação em queda, com a redução do ágio do dólar, das cotações de ouro, assim como das taxas dos CDB prefixados) como sendo o olho do furacão, vaticinando a necessidade de ajustes bruscos em futuro próximo, dada a perspectiva da hiperinflação. A sinistrose ainda não foi abandonada. Nós, particularmente, não acreditamos em magia e, portanto, não apostamos na catástrofe.

A rejeição de choque heterodoxo e da dolarização, bem como da troca de equipe econômica, por não terem esses atos respaldo lógico e por absolutamente não serem solução de nossos problemas, se mostrou acertada. Acharmos que alguns dos caminhos que apontávamos como desejo da sociedade estão sendo trilhados. Há percepção de que a solução de nossos problemas não é instantânea, muito menos mágica. Há o compromisso público de não serem adotados novos choques. Os exportadores estão voltando ao mercado, os preços, diante da falta de compradores e dos altos custos financeiros, estão se ajustando a níveis mais realistas. É muito provável que o governo consiga um importante aval do FMI, bem como um stand by de US\$ 2 bilhões. Há indicadores de au-

mento na venda de insumos, semelhanças melhoradas e bens de capital para a agricultura. A crença é de que a próxima safra atingirá 65 milhões de toneladas, o que dispensaria onerosas importações de grãos. Há, enfim, com as medidas ortodoxas adotadas — e se mantidas —, a possibilidade de, após o repique da inflação em outubro, novembro e, quem sabe, até dezembro, experimentarmos um declínio em seus níveis.

Entre outras, contribuirão para que retomemos o caminho da modernidade as seguintes medidas: a continuidade no processo de liberalização, com abertura de fato de nossa economia, pela retirada de entraves à circulação de capitais estrangeiros, diminuição gradativa dos impostos de importa-



ção e desburocratização geral dos processos com importação e exportação; o controle efetivo do déficit público, com a diminuição do tamanho do Estado pela privatização, pela redução dos quadros federais, pela sintonia mais fina nas políticas federais com a dos Estados e dos municípios e a verdadeira reforma fiscal, com redução do número de tributos e das alíquotas como forma de inibir sonegações e aumentar a base de contribuintes.

De outro lado, a retomada gradativa da confiança da sociedade nos destinos do País permitirá o alongamento natural das aplicações financeiras, tornando viáveis novamente investimentos de prazo mais longo de maturação. Se escolhido o caminho da privatização da Previdência Social, somente esta decisão poderá significar ampliação de um mercado em torno dos atuais US\$ 20 bilhões para US\$ 90 bilhões, representando este volume importante fonte de financiamento de longo prazo, hoje inexistente.

Estamos, após muitos anos de apatia, reaprendendo como influenciar o destino de nosso país. Crises sempre existiram e vão continuar a existir. A angústia que elas provocam representa o fermento para a geração de novas idéias, no sentido de propor soluções participativas à sociedade. Acreditamos que a solução está dentro de nós e depende apenas de nós. Assim, em vez de só cobrarmos as ações deste ou daquele que achamos responsável, vamos pensar e agir para que sejamos mais competentes em tudo o que fazemos para que novamente nos orgulhemos do Brasil, de sermos brasileiros.

■ Walter Kuroda é diretor-financeiro do Banco Nacional S.A.